

POR UMA ARQUEOLOGIA DA MULHER NA POLÍTICA

Denise Gabriel Witzel¹

RESUMO: Estudos sobre a história das mulheres na política - como os de Michelle Perrot (2007) - pontuam que de todos os obstáculos que a mulher teve que enfrentar nos processos de emancipação a política foi o mais difícil. Compreender esses processos, sob o mirante dos Estudos Discursivos Foucaultianos, é nosso objetivo neste estudo, considerando, fundamentalmente, a centralidade do conceito de enunciado na obra *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, articulado com os jogos de verdade que ao longo da história conjugaram os saberes e os poderes que determina(ra)m, para os sujeitos, lugares, interditos, liberdades, trabalhos, limites e exclusões. Ao analisarmos as condições sócio-históricas de existência de enunciados materializados em textos verbo-visuais que ganharam grande visibilidade nas diferentes mídias, notadamente porque dizem respeito à ex-presidente Dilma Rousseff, é possível evidenciar a atualidade e a pertinência das formulações daquele filósofo para pensarmos, 50 anos após a publicação da *Arqueologia do Saber*, na produção de subjetividades e discursividades em nossos tempos. Tempos em que estamos imersos em conexões digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia do Saber. Enunciado. Discurso. Subjetividade.

FOR WOMAN'S ARCHAEOLOGY ON POLITICS

ABSTRACT: Studies about women's history on politics – such as Perrot (2007) – highlight that among all the obstacles women have had to face throughout emancipation processes, politics was the toughest. It is our objective in this study to comprehend these processes, enlightened by Foucauldian Discursive Studies, considering fundamentally the central concept of statement on *The Archaeology of Knowledge*, by Michel Foucault, articulating with truth, which has built throughout history knowledge and power that (have) determine(d), to subjects, places, interdicts, liberty, work, boundaries and exclusions. While we have analysed the socio-historical conditions for utterances materialized in verbal-visual texts that have taken big visibility on different medias, notably because it refers to the former Brazilian president Dilma Rousseff, it is possible to highlight the update and pertinent thoughts of that Philosopher to pounder, 50 years after the publication of *The Archaeology of Knowledge*, in the development of subjectivities and discursivities in the present time. Time in which we are plunged on digital connections.

KEYS-WORDS: The Archaeology of Knowledge. Statement. Discourse. Subjectivity.

¹ Doutorado em Letras (UNESP/Araraquara), professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras, da Unicentro. E-mail witzeldg@gmail.com

INTRODUÇÃO

De que modo o que é considerado verdade se tornou um dia em algo verdadeiro? Michel Foucault (1926-1984) se coloca essa questão ao longo de seus ditos e escritos, notadamente ao propor uma análise arqueológica dos saberes, provocando um importante deslocamento metodológico em relação à história das ciências e à tradição da epistemologia que, enquanto ciência, valia-se de discursos normatizadores para se definir como o lugar próprio do conhecimento e da verdade.

Problematizando e negando os métodos da história tradicional, que buscava invariantes universais e verdades absolutas ocultas atrás de documentos, Foucault (2007) entende que

[...] a história é o que transforma *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 2007, p. 8)

Ao transformar documentos em monumentos, a análise histórica volta-se para as [...] “séries diversas, entrecruzadas, divergentes, muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (FOUCAULT, 2007, p.56). Isso significa que os documentos são analisados a partir de sua irrupção histórica, em suas condições de produção, tendo em conta que nada há nos documentos ou por trás deles; não existem sentidos ocultos na aparência do que se escreve/lê, tampouco há verdades a serem desveladas. O que há são enunciados e relações.

É impossível, portanto, desvendar verdades preestabelecidas, ou mesmo localizar sentidos unívocos e fixos. O método arqueológico visa, fundamentalmente: (i) descrever o arquivo – conjunto de discursos efetivamente pronunciados no passado e que continuam a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos; (ii) analisar as séries descontínuas e reencontrar o acontecimento, a singularidade; (iii) tratar as relações internas e externas do documento; (iv) observar o acontecimento tendo em conta que a história possui uma duração múltipla, pois há uma multiplicidade de tempos que se misturam, envolvem-se uns nos outros numa sucessão de descontinuidades e de inícios não localizáveis. Nesse sentido, Foucault (2005) esclarece que a palavra “arqueologia” aponta para o tema da “origem” (*arké*, em grego significa começo) e para a noção de “escavação”, contudo, trata-se de “começos relativos”, do princípio e da emergência dos objetos do conhecimento, importando as instaurações ou transformações e não os fundamentos ou as fundações. Quanto à escavação, não se trata de procurar relações secretas, escondidas, mas de “definir relações que estão na própria superfície dos discursos [...] tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (FOUCAULT, 2005, p.146).

Face aos discursos em sua existência manifesta - reais, pronunciados e realizados como materialidade – o método arqueológico não procura saber o que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos. Entende que os discursos são práticas imersas em relações de saber-poder que formam sistematicamente os objetos de que falam e, por suas condições sócio-históricas de existência, fazem com que certas coisas possam ser ditas e recebidas como verdadeiras em certo momento. Disso se conclui que o sentido é produzido pelo sujeito na história, não sendo possível passar do discurso a uma interioridade escondida, localizável,

ou mesmo a um âmago de uma significação; ancorado no funcionamento do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, é possível passar às suas condições externas de possibilidades. Exterioridade que implica o reconhecimento da interdiscursividade e da heterogeneidade inscritas na linguagem ao tempo em que nos leva a refutar a existência de um sentido literal, já posto.

No bojo das reflexões que se voltam para a relação entre sujeito e discurso na Arqueologia, atribui-se especial relevância para o conceito de enunciado, na medida em que, a partir dele, é possível pensar a Análise do Discurso no interior da Linguística e sua relação com a História. Também é a partir dele que se visualizam mais claramente os diálogos entre Michel Pêcheux e Michel Foucault (GREGOLIN, 2007), tendo em conta, sobretudo, que sua pertinência teórico metodológica ultrapassa a fase arqueológica, assumindo lugar importante também na genealogia.

Com base nessas considerações preliminares e considerando que os pressupostos arqueológicos, sobretudo em relação ao conceito de enunciado, podem ser reinterpretados para pensarmos na produção de subjetividades e discursividades em nossos tempos, organizamos este estudo em três partes: na primeira, apresentaremos a centralidade do conceito de enunciado na Arqueologia do Saber, a partir do qual Jean-Jacques Courtine (2009) desenvolve o conceito de memória discursiva; na segunda, retornaremos à história da mulher na política, com o intuito de balizar a irrupção de enunciados que definem quem é essa mulher; por fim, descreveremos e analisaremos enunciados que ganharam visibilidade e dizibilidade em textos verbo-visuais veiculados sobretudo as mídias digitais. São imagens e dizeres – discursos – que moveram os sentidos em torno da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Ao romperem o instante e dispersarem o sujeito em uma pluralidade de

posições, esses discursos atualizam sentidos que reclamam a tradicional virilidade exigida para se presidir um país. Como veremos, são coisas ditas tomadas como verdades historicamente construídas.

1. Do campo associado do enunciado à memória discursiva

Partindo do princípio de que o método arqueológico estuda a prática do discurso e que essa prática está fundamentada no enunciado, é sempre necessário lembrar que o enunciado não corresponde à proposição (conjunto de símbolos regularmente construídos pelos lógicos) ou à frase gramatical (cujos elementos estão ligados por regras linguísticas), tampouco aos atos de fala. Entretanto, é o enunciado, situado no discursivo e compreendido como uma função que se exerce verticalmente, que possibilita dizer, em relação a uma série de signos, se há ou não uma frase, uma proposição ou um ato de fala. Com efeito, ele funciona como “função de existência”.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2007, p. 98)

Em sua singularidade, que o faz aparecer não como um traço na cadeia sintagmática, mas como algo que se refere a objetos e a sujeitos, o enunciado entra em relação com outras formulações. Como função de existência, ele não existe sozinho, na medida em que precisa ser correlacionado com outros enunciados, formando um campo associado.

Esse é o ponto da função enunciativa que mais interessa aqui: partindo do princípio de que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” e de que sua existência não se dá de forma livre, neutra e independente, pois desde sua raiz, ele se relaciona com a memória e reatualiza outros enunciados, Foucault (2007, p.110) entende o campo associado como um domínio de coexistência com outros enunciados, pois “não há enunciado que não suponha outros [...] não há nenhum que não tenha em torno de si um campo de coexistências”.

Em suma, o enunciado é um conjunto de signos em função enunciativa; entre o enunciado e o que ele enuncia há uma relação que envolve os objetos, os sujeitos, que passa pela história e envolve a própria materialidade.

O que possibilita apreender, organizar e descrever um emaranhado de enunciados é o fato de que, embora eles estejam dispersos no tempo e descontínuos no discurso, eles atendem às mesmas regras de funcionamento em um sistema de formação quando tratam de um mesmo objeto. Ao analista cabe interrogar as regras de sua formação, sua emergência “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso” (FOUCAULT, 2007, p.32). Para reagrupar tal dispersão e formular sua lei de repartição; para caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos, definindo o sistema que regula sua repartição, “como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2007, p.39); enfim, para analisar o jogo de seus aparecimentos, Foucault propõe considerá-los e analisá-los no âmbito de uma formação discursiva.

Descrever o enunciado implica analisar a formação discursiva a que pertence e o

sistema geral de arquivo de que faz parte. À luz dessas formulações teórico-metodológicas, que aproximam o enunciado da formação discursiva e do arquivo, Foucault delimita a noção de prática discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de existência de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p.133).

O campo associado ganha especial relevo nas contribuições de Jean-Jacques Courtine para o campo dos estudos do discurso, mais precisamente o entendimento de que o enunciado é sempre ligado não apenas a situações que o provocam e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo e segundo uma modalidade inteiramente distinta, a enunciados que o precedem e o seguem, produzindo os efeitos de memória. Courtine (2009) propõe, assim, a noção de “memória discursiva” examinando o exercício da função enunciativa do discurso político comunista, notadamente a contradição inscrita nos enunciados divididos dos discursos comunistas endereçados aos cristãos,

A memória discursiva diz respeito à existência histórica dos enunciados instaurados em práticas discursivas que obedecem a regras de formação, de existência, de coexistência. Como desdobramento da arqueologia foucaultiana, entende-se que os discursos podem se repetir; há repetições que fazem discursos e o sujeito, ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, inscreve-o, igualmente, na ordem da formulação/regularização. Temos aí dois movimentos: o primeiro diz respeito ao fato de que os sujeitos convocam saberes dispersos, deslinearizados no interdiscurso – dimensão vertical, lugar de constituição do pré-construído (já-ditos) - e lineariza-os no intradiscurso – dimensão horizontal, lugar de constituição do fio do discurso. Nessa relação entre o “interdiscurso” e o “intradiscurso”, retorna-se às formulações

origens na atualidade de um discurso cujos sentidos produzem “efeito de memória”. Além disso, os objetos de saber atualizados nos enunciados de uma formação discursiva provêm de um tempo longo de uma memória, mas se inscrevem no tempo curto da atualidade de uma enunciação (COURTINE, 2009).

Temos assim explicitado o caráter essencialmente heterogêneo dos discursos, fundamentado no fato de que, no processo de inscrição do enunciado no espaço da memória, outras formulações podem ser repetidas, refutadas, transformadas, deslocadas ou mesmo silenciadas.

Atentos a esse horizonte teórico, mais particularmente à existência histórica dos enunciados, tomaremos como espaço interdiscursivo de observação os enlaces da memória que falam da/sobre mulher na política.

Breve história da participação da mulher na vida política²

A total exclusão das mulheres do espaço político, em todos os países (PERROT, 2007), durante muito tempo, origina-se no fato de que a política – centro da decisão e do poder - sempre foi considerada o apanágio e o negócio de homens. Os desdobramentos dessa premissa nos atinge na atualidade, sendo fácil perceber que esse passado histórico contribuiu fortemente para a formação dos arquivos, na medida em que provocou uma fixação seletiva dos discursos produzidos por / nas relações de poder-saber e por / nos sistemas de valores sócio-históricos e culturais. Proibidas de circular nos territórios predominantemente masculinos, controladas pelos homens da Igreja, reprimidas várias vezes - como aconteceu nos tempos da “caça às bruxas”- e privadas de educação e de acesso ao saber/poder, as mulheres,

² Em Witzel (2017), há uma explanação mais desenvolvida acerca da emergência da mulher no cenário da política brasileira.

desde a noite dos tempos, permaneceram invisíveis e silenciosas durante séculos (PERROT, 2007). Em síntese, a história das mulheres no espaço político não é apartada da história de um corpo que “concentrou, durante muito tempo, as marcas da inferioridade, da subordinação e da exclusão; foi alvo de inúmeras interpretações e representações; esteve sempre regulado por normas e valores de ordem moral, ética, estética e científica” (WITZEL, 2014, p. 525).

No Brasil, assim como nos demais países, a política é vista como uma conquista de homens, uma profissão de homens, e isso começa a se alterar a partir de certa “modernização dos espíritos, evolução dos costumes, reivindicação das mulheres (no caso, o sufrágio inglês, francês, europeu, ocidental) e a ocorrência de comoções, como as guerras” (PERROT, 2007, p. 152). Nessa linha de raciocínio, sempre seguindo os pressupostos arqueológicos, ou seja, tomando a relação inescapável entre discurso, história e sujeito, constatamos que ao longo do século XX, ocorreram reajustes importantes nos papéis de gênero na família (esfera doméstica), na sociedade civil (esfera social) e no estado (esfera política). São reajustes resultantes de outras verdades que surgiram, principalmente, com os avanços dos feminismos que, grosso modo, visa(va)m “tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado”. Trata-se de uma luta incansável para “se produzir um futuro, no qual as forças se alinham de maneiras fundamentalmente diferentes do passado e do presente de modo que os sujeitos possam ser reconhecidos e valorizados (RAGO, 2008, p.173).

Se hoje, século XXI, nós testemunhamos um crescimento importante de mulheres presentes no cenário político, ocupando cargos no congresso nacional e em vários níveis de representações – governadoras, deputadas, vereadoras, prefeitas –

foi porque, sem dúvidas, elas se confrontaram com a virilidade e com os jogos de verdade – antigos e novos - produzindo novas práticas políticas, novas verdades e novas subjetividades, ao tempo que se reinventaram na construção da sua própria narrativa histórica. São verdades produzidas, porque, para Foucault

[...] há efeitos de verdade que uma sociedade [...] produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm elas próprias efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006 p.229).

Foi preciso aguardar o ano de 1932 para que o governo brasileiro de Getúlio Vargas concedesse às mulheres o direito de votar nas eleições nacionais, bem como o direito de se candidatarem para cargos políticos. Em que pese o fato de essa conquista não ter sido “completa”, na medida em que o código eleitoral da época permitia o direito ao voto somente às mulheres casadas (com autorização dos maridos) e às viúvas e solteiras que tivessem renda, essa data não é apenas um marco em relação ao reconhecimento dos direitos políticos das mulheres; trata-se, antes, de uma data que inaugura uma longa, importante e conflituosa jornada nesse espaço fortemente saturado de virilidade. Importância reconhecida em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff que instituiu no calendário oficial do governo o dia 24 de fevereiro como o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”, conforme lei 13.086/15.

Assim, nas eleições de 1933, foi possível os brasileiros (e algumas brasileiras) elegerem Carlota

Pereira de Queiroz, primeira mulher a ocupar o cargo de deputada federal. Na imagem abaixo, uma referência visual do espaço político que “acolheu” a primeira mulher.



Fig. 1: Carlota Pereira de Queiroz (1892 – 1982) - Médica, escritora, professora, feminista e política.³

Após 76 anos desta foto, o Brasil elegeu Dilma Rousseff – primeira mulher eleita como chefe máximo do executivo.

Droulers (2010) retrata o longo período político que antecede a eleição de Dilma Rousseff - emancipação de Portugal no século XIX, proclamação da República em 1888, Primeira República de 1889 a 1930, Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937), Estado Novo (1937-1945), Quarta República (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985), Nova República, a partir de 1985 – e dá relevo aos avanços propiciados pelo período democrático, notadamente a partir da promulgação de uma nova Constituição para o Brasil, em 1988, em consonância com as conquistas dos movimentos feministas que definiram novas formas de se conceber a mulher, permitindo que elas ‘entrassem’, não sem resistências, no mundo político dos homens. Desde então, as práticas no

³ Disponível em : http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06NQ/Carlota_Queiros_Foi_A_Primeira_Mulher_Eleita_Deputada_Federal. Acesso em out.2019.

âmbito da política foram fortemente alteradas havendo brechas reais para que duas mulheres, **sobretudo em São Paulo, pudessem ser eleitas prefeitas: Luiza Erundina (1988-1992) e Marta Suplicy (2000-2004) – ambas do Partido das Trabalhadores (PT), mesmo partido de Dilma Rousseff.**

Contudo, as últimas eleições, em 2018, demonstram que após 87 anos da conquista pelo direito ao voto e pelo direito a se candidatar, mesmo já havendo uma mulher como presidente do país, as mulheres permanecem ainda sub-representadas no cenário político, como demonstram os quadros abaixo.

Cargo	Mulheres	%	Homens	%	Total
Presidente	2	15,39	11	84,61	13
Governador(a)	30	17,44	142	82,56	172
Senador(a)	62	18,18	279	81,82	341
Deputado (a) Federal	2426	30,06	5645	69,94	8071
Deputado (a) Estadual	5323	31,62	11508	68,37	16831

QUADRO 1 HOMENS E MULHERES CANDIDATO(A)S NAS ELEIÇÕES DE 2018⁴

Cargo	Mulheres	%	Homens	%	Total
Governador(a)	1	3,70	26	96,30	27
Senador(a)	7	12,9	47	87,03	54
Deputado(a) Federal	77	15,0	436	85,00	513
Deputado (a) Estadual	161	15,2	898	84,70	1059

QUADRO 2 - HOMENS E MULHERES ELEITO(A)S NAS ELEIÇÕES DE 2014⁵

Nota-se que, embora as mulheres representem o maior número entre os eleitores, a antiga história de exclusão das mulheres nos cargos políticos continua muito atual, haja vista que o quadro dá a ver que o Brasil está longe de alcançar a equidade de gênero nos espaços de poder na esfera pública. Elas ocupam somente 10 % das cadeiras no Congresso Nacional, mesmo depois de mais de 20 anos de cota que determina que um terço das candidaturas dos partidos sejam femininas. Diante disso, dentre as inúmeras e complexas questões que visam descrever e analisar o fato de a participação de mulheres na política ser tão baixa, interessa-nos o discurso que atualiza esta repartição: “aos homens, o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 2007, p.177).

Desestabilizar esta certeza – verdade historicamente construída – provoca a produção e circulação de discursos sexistas, ou seja, na atualidade dessa verdade, quando uma mulher reinventa-se em subjetividades apartadas do lugar da sensibilidade e dos sentimentos – posição sujeito mãe, recatada, esposa dedicada, rainha do lar – e instala-se no lugar da decisão, da razão, da inteligência (portanto, do poder, da política) – sobre ela pesam controles atrelados a dispositivos de poder fortemente atados ao dispositivo da sexualidade⁶. Os enunciados que destacaremos a seguir, cujas existências se deram no

4 Fonte disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em nov. 2019.

5 Idem.

6 Em sua genealogia do poder e na genealogia da ética, Foucault volta-se para o sujeito moderno que deriva de uma complexa heterogeneidade histórica, ou seja, de um conjunto não apenas de discursos, mas também de “instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições

momento em que houve um levante a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, fogem de uma crítica de cunho político, produzindo efeitos de poder e de saber concretizados de forma evidente e intensa no corpo da mulher.

Corpo insolente, corpo “vaca” nas tramas do poder

Muito recentemente acompanhamos a chegada de uma mulher à presidência da república do Brasil⁷, eleita em 2010 e reeleita em 2014. Acompanhamos, igualmente, a emergência de uma avalanche furiosa de discursos sexistas voltados a ela, muitos deles revestidos de discursos outros – ancorados na falta de apoio parlamentar, na impopularidade de sua gestão ou na crise econômica – que culminaram em seu *impeachment*, a partir do qual Michel Temer passou de vice a presidente do Brasil.

Em relação aos discursos sexistas, até mesmo misóginos, Dilma Rousseff assim se manifestou em uma entrevista ao jornal estadunidense *The New York Times*, em abril de 2017:

O governo Michel Temer é um governo eminentemente anti-mulheres. Estou triste por isso, muito desanimada. Em primeiro lugar, havia um elemento muito misógeno no golpe contra mim. Eles tinham padrões duplos para homens e mulheres. Eles me acusaram de ser excessivamente dura e áspera, enquanto um homem teria sido considerado firme, forte. Ou eles diriam que eu era muito emocional e frágil, quando um homem teria sido considerado sensível. Eu era vista como alguém demasiadamente obcecada com o trabalho, enquanto um homem teria sido

filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não dito”. É a esse conjunto heterogêneo que Foucault (1979, p. 243) denomina dispositivo; trata-se, pois, da rede que se pode tecer entre todos esses elementos. Assim, o corpo é apreendido a partir de imagens, práticas e regimes de visibilidades inscritos em jogos de poder, ligados à produções de saberes muito antigas sobre o ser mulher.

7 Após a proclamação da República, em 1889, e após 35 homens estarem à frente da presidência do Brasil, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita figurando como a 36ª Presidente.

considerado trabalhador. Houve também outras palavras muito rude. **Eu fui chamada de vaca cerca de 600.000 vezes** (grifos nossos)⁸.

Face à espessura histórica dos enunciados que promoveram essa narrativa sobre um governo “eminentemente anti-mulheres”, sendo a então presidente adjetivada “de vaca cerca de 600.000 vezes”, passemos a discorrer sobre certas práticas de subjetivação/objetivação do feminino atreladas ao papel da memória na produção e circulação de discursos “verdadeiros”. Interessa-nos o enunciado *vaca* na estreiteza e singularidade de sua situação, de modo a determinar as condições de sua existência, “de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”(FOUCAULT, 2007, p 31). Trata-se, como vimos, de um acontecimento; ele é único, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação.

Destacamos a irrupção desse enunciado em outras duas materialidades, (i) uma fotografia (Figura 2) – flagrada durante uma das manifestações que reivindicava o impeachment da presidente em 2016, imagem que materializa discursos efêmeros nas manifestações urbanas, mas perenes na internet; (ii) um meme (Figura 3) – um tipo de texto que viraliza no espaço digital ao mesmo tempo em que faz circular discursos relativos a um acontecimento, revestindo-o, muitas vezes, de humor/ironia. Ambos repetem, em novas discursividades, a designação “Vaca” rapidamente associada à presidente Dilma Rousseff. Integram interdiscursivamente àquele cálculo – subestimado, acreditamos – das “600.000 vezes” em que ela foi assim interpelada (xingada).

8 Disponível em <https://www.brasil247.com/poder/dilma-ao-nyt-fui-chamada-de-vaca-600-mil-vezes>. Acesso em 05 de mai de 2018.



Fig. 2: Cartaz durante as manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016: “Põe a vaca na Papuda”⁹



Fig. 2: Meme que circulou nas redes sociais pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016¹⁰

O aparecimento e disseminação desses discursos colocam em questão o enunciado “vaca”, tendo em conta o acontecimento (levante em oposição ao governo) e sua historicidade (uma mulher ocupa uma posição tradicionalmente viril). Uma mulher, porque, atentos aos regimes de enunciabilidade, é fácil perceber que o enunciado em destaque é uma metáfora que não tem correspondência no masculino. Na Figura 1 lemos “põe a vaca na Papuda” cujos referentes são a presidente da época (Vaca) e o complexo penitenciário da Papuda, situado no Distrito Federal. Fosse um homem na presidência, vale perguntar, qual seria o masculino desta frase? Na Figura 2, o meme joga com a reiteração de sentidos conjugando “vaca” com os sentidos reiterados em “vagabunda”. Novamente, vale atentar para o fato de que o masculino de vagabunda aponta para outros efeitos de saber-poder. Todo o paradigma lexical do pejorativo vaca é feminino: vadia, puta, prostituta, vagabunda, biscate, cadela, incluindo nomes próprios como Maria maçaneta que não tem nenhum nome equivalente no masculino.

Se, como propõe Foucault (2007), é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos e os sujeitos de um momento histórico, as figuras em destaque não apontam para sujeitos reais ou universais,

⁹ Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/03/desigualdade-no-lar-afasta-mulheres-da-vida-publica-diz-pesquisadora.html>. Acesso em 05 de maio de 2019

¹⁰ Arquivo pessoal.

mas para a constituição de sujeitos históricos, ou singularidades históricas forjadas pela produção e circulação de discursos que tendem a acentuar certa ideia de identidade indissociável de imagens modelares que espelham e controlam os modos de existência do feminino (e do masculino, para nos mantermos na clássica dicotomia), definindo seus estilos de vida, seus comportamentos e, obviamente, seus espaços sociais e políticos.

Para descrever o enunciado “vaca” é preciso retornar ao arquivo da memória que definiu a mulher, mais precisamente seu corpo como um sujeito inapto para o espaço público/político. E pensar o corpo no âmbito dos estudos discursivos foucaultianos, implica considerar o corpo como objeto do discurso, matéria significante (re) produtora de sentidos. As práticas e os usos corporais que fundamentam o corpo “vaca” não se referem, portanto, à matéria física e anatômica, com paixões e humores, mas ao corpo na história. Nesse corpo - que possui uma história estética, moral, física, política, ideal e material, passível de ser transformada no tempo e no espaço (PERROT, 2007) – a diferença entre os sexos se impõe como condição de emergência de discursos que instalaram o corpo, especialmente o da mulher de maneira imediata e específica no centro das relações de poder.

Para Foucault (1979), o sujeito é inevitavelmente enredado nas tramas do poder,

uma vez que o poder está em toda parte, circula em todas as instâncias, recobre as instituições e os indivíduos, reproduz-se a cada instante, atinge todos os domínios da vida humana. Em sua analítica, atenta-se para os efeitos dos micropoderes, o poder pulverizado na sociedade que atinge “a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo, e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou sub-poder” (MACHADO, 2006, p. 168).

A identificação da ex-presidente no enunciado *vaca* enreda-se, discursivamente, nessa trama do poder e aponta exemplarmente para os modos como homens e mulheres foram historicamente enraizados no território de seus corpos e presos no interior de poderes muito apertados, impondo-lhes, sobretudo, condutas e espaços.

Quando Foucault (1979) trata, no seio de sua genealogia, da ‘proveniência’, argumentando que ela “permite reencontrar, sob o aspecto único de uma característica ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais [...] eles se formaram”, o filósofo argumenta que a proveniência se relaciona com o corpo e nele:

se encontra o estigma dos acontecimentos passados, assim como dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também se ligam e subitamente se exprimem, mas nele também se desligam, entram em luta, se apagam uns e outros e prosseguem seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (ao qual ele tenta atribuir a ilusão de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, na articulação do corpo com a história, e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1979, p.22).

Nessa linha de raciocínio em que o corpo se articula com a história e é arruinado por ela, adquire especial relevo o corpo da mulher pensado e subjetivado como vaca, na medida em que,

desde os primórdios, “se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas o seu sexo, dizia-se a elas [...]. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. ‘Vocês são a doença do homem’” (FOUCAULT, 1979, p.234). Note-se que na entrevista da ex-presidente, essas verdades, sobretudo o estigma da fragilidade retorna ao ser comparada com as condutas/práticas masculinas.

O corpo sempre incomodou, perturbou, provocou, fascinou e aterrorizou filósofos, religiosos, médicos e inúmeros outros sujeitos. Mas o corpo da mulher incomodou mais, perturbou mais, provocou mais e, não temos dúvidas, fascinou e aterrorizou mais porque sempre esteve mais fortemente em choque com os dispositivos do poder patriarcal. No acontecimento dos discursos que selecionamos, o enunciado “vaca” entrecruza a história do presente com os rastros da memória daquelas inquietações, colocando-nos diante de um corpo perscrutado e esmiuçado no seus mínimos detalhes por meio de um dispositivo da sexualidade que produziu mecanismos de controle-dominância.

Enredado nas tramas dessa história, o corpo feminino foi inicialmente considerado estranho. Um retorno ao arquivo, às condições históricas dos discursos que definiram marcas corporais da mulher, leva-nos ao encontro das verdades que visavam decifrar o caráter enigmático da sexualidade feminina. Não há dúvidas de que o centro mais forte de formação das práticas de controle da história das mulheres se concentra no mistério do ciclo menstrual e na “estranha” capacidade de a mulher gerar a vida humana. As inquietações de nossos antepassados geraram as axiologias fragilidade/virilidade; sensibilidade/inteligência; mas geraram igualmente interditos e criaram lendas, mitos, crenças, preconceitos, tabus e importantes verdades sobre a discrição, o recato e o pudor (o antônimo, portanto, da vaca).

Enfim, sobre o corpo mulher pesou a obscuridade da reprodução e uma série de imperativos que o transformaram em um mero vaso receptor, ou seja, um território de posse e de cultivo dos homens. A sexualidade, por sua vez, é absolutamente encerrada no espaço privativo do lar, mais precisamente no quarto. Porque dele emanavam mistérios e forças, transitando entre o sagrado e o laico, esse corpo se colocou desde os primórdios onipresente nos discursos de poetas, escritores, médicos, religiosos, políticos, pais e maridos. No campo do imagético, transformou-se em objeto do olhar e do desejo. Aquele corpo, antigamente definido, dentre outros aspectos, como a “doença do homem”, é fabricado discursivamente, enredado pelas tramas normativas da aparência, sexualidade, maternidade etc.

Corpos, como os das mulheres que rompem ou reinventam esses ideais, são (re)interpretados muitas vezes como corpos insolentes, desobedientes, produzidos na exercício da resistência. Daí o pejorativo, o corpo “vaca”.

Considerações finais

Para Foucault (2006), a resistência é constitutiva do poder, uma força que se subtrai das estratégias forjadas pelas e nas próprias relações forças. É a resistência que possibilita que outras forças, advindas de fora, se choquem com o poder, sendo essas forças de fora as que produzem as mudanças, desestabilizam as certezas e apontam para novas práticas e, conseqüentemente, para novas subjetividades. Algumas respostas face a essa força que vem de fora, são os discursos – como os aqui destacados – que se chocam com o “novo” e, na ofensa, visam garantir os antigos (e atuais) desejos de que a diferença dada pela marca

do sexo é sinônimo de hierarquia, capacidade. O acontecimento discursivo da mulher na política, especialmente seu corpo identificado como “vaca” enreda-se em tal confronto entre poder e resistência, desencadeando certa regularidade histórica. Tomando os pressupostos da Arqueologia do Saber e elegendo a centralidade do conceito de enunciado nessa obra, propusemo-nos a descrever a designação “vaca” relativamente à ex-presidente Dilma Rousseff, considerando, de um lado, as condições de existência que determinam a materialidade própria desse enunciado; de outro, sua singularidade única e aguda, interrogando como ele, o enunciado, pôde se formar historicamente e em quais realidades – sociais, culturais e políticas – se articula.

Para concluir, resta sublinharmos que, segundo Perrot (2007), de todos os obstáculos que a mulher teve que enfrentar nos processos de emancipação, o universo da política foi o mais difícil. Foi nessa direção que analisamos, sob a ótica arqueológica foucaultiana, os enunciados que, somados a uma série preexistente de outros enunciados, se desdobraram em uma regularidade discursiva, favorecendo os processos de subjetivação/objetivação que historicamente excluíram a mulher do mundo político. São enunciados dados a ler e a ver hoje na grande mídia que atualizam as tradicionais verdades que determina(ra)m, para homens e mulheres, lugares, liberdades, trabalhos, limites e exclusões. Dentre essas verdades, destacamos as que mais fortemente contribuíram na constituição histórica do sujeito em sua relação com as práticas divisoras que atrelaram o sujeito feminino no espaço privativo do lar (lôcus de proteção) e o sujeito masculino no espaço público do trabalho (com destaque para esfera política).

Clivagem derivada das práticas discursivas (e não discursivas) que prenderam as mulheres a seus corpos frágeis e à função materna, excluindo-as durante muito tempo da vida pública e política.

Referências Bibliográficas

COURTINE, J. J. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DROULERS, M. (2010). Femmes, vote et politique au Brésil. *Hérodote*, 136, 2010. p. 203-212.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). *Ditos e Escritos IV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

_____. Michel Foucault explica seu último livro. In: MOTTA, M.B. (org.). *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GREGOLIN, M.R. Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004a.

MACHADO, R. Foucault, a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

RAGO, M. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WITZEL, D.G. Discurso, História e Corpo Feminino em Antigos Anúncios Publicitários. *Alfa*, São Paulo, 58 (3), 2014, p.525-539

_____. Discours, mémoires e médias: la virilité des femmes en politique. In: Morgan Donot; Christian Le Bart; Yeny Serrano. (Org.). *Discours, Identité et Leadership présidentiel en Amérique Latine*. 1ed. Paris - França: LHarmattan, 2017, v. 1, p. 63-82.

Submissão: 14 de novembro de 2019.

Aceite: 18 de novembro de 2019.